

ESCOLA PÚBLICA, DEMOCRÁTICA, INCLUSIVA E POPULAR

Tomando como referência inicial a década de 70, quando realmente se verifica a massificação da escolarização do povo, pode-se observar que muito se fez na educação pública brasileira. Avança-se na democratização do acesso e na qualificação dos profissionais, na renovação dos currículos, métodos e material didático. Mas continuam altíssimos os índices de evasão e, sobretudo, de reprovação. Os setores populares não conseguem percorrer uma experiência formadora sem interrupções, repetências e desajustes entre idade-série.

Não pretendemos aderir a propostas de promoção automática, rebaixamento das exigências, empobrecimento dos conteúdos para barateamento dos custos da educação popular. Os Governos Populares, que se propõem a defesa da escola pública, inclusiva, democrática e popular, vêm buscando garantir o legítimo direito do povo à educação.

Como? O fracasso escolar dos setores populares rebate em nossa sensibilidade social e profissional como um desafio a ser enfrentado com maior radicalidade do que foi no passado. As práticas destes governos estão-se sintonizando com as experiências emergentes nas Redes Públicas que apontam para um diagnóstico mais global dos problemas e para uma intervenção coletiva nas verdadeiras raízes do problema: intervir nas estruturas excludentes do sistema escolar e na cultura que legitima essas estruturas excludentes e seletivas.

O nosso ponto de partida é compreender que a estrutura de nosso sistema escolar e a cultura que o legitima são seletivas e excludentes. A nossa escola, enquanto instituição - para além da boa vontade de seus mestres - mantém a mesma ossatura rígida e excludente, desde que foi constituída há mais de um século.

De lá para cá, a consciência da igualdade de direitos avançou, mas o Estado e as instituições sociais continuam apegadas à velha lógica da exclusão e seletividade. Nossa escola não é democrática e igualitária. Peneira, exclui em nome da lógica das precedências das séries, das avaliações, das médias, da uniformidade que não reconhece as diferenças de desenvolvimento e ritmos de aprendizagem, tampouco as de classe, de gênero, de raça, de cultura...

Pretendemos intervir nessa lógica e nessa estrutura escolar. **PROPOMOS CONSTRUIR COLETIVAMENTE UM NOVO ORDENAMENTO PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA**, que seja mais democrático e igualitário do que o atual.

⇒ Quando as reformas educativas introduzem as fases de formação, substituindo o antigo sistema de seriação, o sistema avaliativo é ainda mais afetado. A estrutura de fases por si só problematiza bastante a avaliação, porque elimina a aprovação/reprovação ano a ano.

Quando a proposta de fases é concebida como parte imprescindível de um sistema educativo que visa à formação humana, ela problematiza o eixo central da avaliação, o uso que se faz do conhecimento obtido pela avaliação e o papel que a avaliação tem no desenvolvimento global do educando. Dessa forma, toda reforma educativa que tenha adotado as fases na perspectiva formadora passa por um processo gradual de reconceitualização do currículo e da avaliação, não mais entendidos como componentes independentes do processo de escolarização, mas juntos, como um dos eixos principais da formação humana que se dá dentro da escola.

Avaliar tem, com certeza, dois lados. O processo de avaliar o aluno traz sempre consigo a avaliação da prática pedagógica do próprio professor. Assim, se há problemas de aprendizagem, também acontecem problemas de ensino. Ensinar e aprender são formas complexas da atividade humana, uma complexidade que, só agora, com o avanço do conhecimento sobre os processos humanos de desenvolvimento e aprendizagem, começamos a vislumbrar.

⇒ Por fim, outra reflexão se faz necessária: os governos comprometidos historicamente com os interesses populares é que estão assumindo programas político-pedagógicos que intervêm na estrutura escolar. Não poderia ser diferente. Pautados por princípios democráticos, por maiores que sejam as dificuldades de gestão democrática, os governos populares têm a ousadia de enfrentar a quebra da ossatura conservadora e autoritária do sistema de ensino brasileiro e, além disso, se propõem a construção coletiva de um novo ordenamento da educação, pautado na solidariedade, na democracia, na defesa do meio ambiente, dos direitos de gênero e das etnias, enfim, no exercício da cidadania plena.

Este texto foi construído por Maria do Pilar Lacerda e Silva e Samira Zaidan, a partir de diversos textos dos Programas Político-Pedagógicos Escola Candanga e Escola Plural. Possui uma escrita que ora copia ora adapta os originais. Destina-se a discussões no curso Formação de Formadores, GDF/SE/FEDF/EAPE, DP. Abril/1997.